

I - A REVOLTA DA NATUREZA



A globalização manifesta-se, num primeiro olhar, na revolta da Natureza.

A história fizera-se sempre no postulado de que a natureza se renovava e fornecia o que era necessário à vida e à actividade humanas. A natureza era um contexto da história, algo que “estava lá”, fora de nós e dos sonhos prometeicos que guiavam a humanidade.

Regras milenárias não-escritas guiavam a actividade agrícola, florestal e piscatória, assegurando o respeito pela riqueza da natureza, na certeza de que aí residia a fonte de sustento dos humanos. Reinava a harmonia entre os homens e a natureza, só perturbada por “catástrofes naturais” que os homens temiam mas de que sabiam não serem responsáveis.

É certo que essa harmonia não era inocente. Pairava em todas as civilizações o pressuposto de que a natureza servia os homens e a estes cabia dominá-la. Mas já a sociedade mercantil compreendeu que era possível criar riqueza com novas formas de domínio sobre a natureza. Esse domínio, introduzindo uma relação qualitativa diferente entre os homens e a natureza, faz-se a um ritmo lento e em zonas limitadas do planeta, muitas vezes a coberto da lógica colonialista dos séc. XVI, XVII e XVIII.

Nos últimos 150 anos, dá-se uma transformação radical.

Em primeiro lugar, a industrialização passa a ver a natureza como jazigo inesgotável de “matérias primas”. A natureza não é mais um contexto para a história e fonte pacífica de sustento. Transforma-se em “coisa” que vai ser explorada pela industrialização.

A urbanização acentua esse domínio sobre a natureza que os homens supõem não ter querer próprio. A cidade alarga-se, cobre o espaço que era da natureza, muitas vezes os seus melhores terrenos. De modo a tornar a cidade viável para os transportes modernos, cobre-se de cimento pequenos cursos de água, já de si sujeitos a uma alternância de caudal máximo e de seca; em períodos de grande pluviosidade, a chuva não encontra terra em que se embeber, só cimento, alargando então a cidade. A urbanização cria também uma massa de desperdícios que tornam a natureza um vasto cemitério de “coisas”.

Um terceiro factor reforça os efeitos da industrialização e da urbanização: a população mundial, em 1830 (pouco depois da independência do Brasil) é calculada em cerca de 1 bilhão de pessoas; um século mais tarde, em 1930, tinha duplicado; 70 anos depois, no ano 2000, esta população terá triplicado, atingindo os 6 bilhões de pessoas.



Embora o crescimento esteja desacelerando (ponto de transição se situa algures entre 1965 e 1970), o momentum mantém-se com cerca de mais 88 milhões de pessoas /ano o que equivale a 1 América Latina em cada 5 anos! Em 2050 ou nas duas últimas décadas perto desta data, ter-se-ão acrescentado aos 6 bilhões de hoje um total de 4,1 bilhões que era a dimensão da população mundial em 1975! Como só 1% deste crescimento se situará no hemisfério Norte, isto significa que sobre a natureza já martirizada do hemisfério Sul se vai abater um peso de incalculáveis repercussões.

Estes três fenómenos, em si mesmos e nas suas interacções, transformam a natureza numa parte integrante da sociedade e da história.

Não há hoje dúvida de que a maior parte dos factos são irreversíveis. Não é só a experiência vivida que o diz quando, mesmo ao longo da nossa vida, *vimos* *fudemos* *ver* “desaparecer” as terras de cultivo ou as florestas perto de nós. É a própria Física, pela voz, entre outros, do prémio Nobel Ilya Prigogine, que nos vem dizer que Lavoisier está definitivamente enterrado: não é verdade que nada se cria nem se perde. As perdas dos fenómenos físicos, químicos, biológicos, não têm retorno - quando muito estarão fugindo, sob forma de energia dissipativa, para qualquer buraco negro do universo!



Não é possível, por isso, hoje elaborar qualquer política económica ou social sem ter em linha de conta esta nova realidade. Deve determinar a localização de auto-estradas e caminhos de ferro, conduzir à escolha preferencial de meios de transporte, pôr condições de implantação e de funcionamento à indústria, intervir na regulamentação do espaço urbano.

A “revolta da natureza” politiza hoje, de forma explícita, todas as escolhas técnicas e obriga a pôr limites concretos ao domínio dos homens sobre a natureza. É que a revolta da natureza não se manifesta só num lugar.

O ar, na sua vagabundagem exterior aos países e continentes, transporta, como já sabíamos com Chernobyl, a radioactividade para zonas a milhares de km de distância; inunda de gases tóxicos todo o Sudeste Asiático com os incêndios das florestas da Indonésia ou de Sarawak; cobre países inteiros com os gases tóxicos (especialmente CO2) que resultam dos combustíveis fósseis usados nos transportes, na vida doméstica e na indústria.

A água, quer dos rios quer dos oceanos, perdeu a sua magia de frescura e pureza. P.Ex., a Bélgica não tem uma única nascente não poluída: os nitratos dos adubos poluíram toda a água. Os oceanos estão seguindo a mesma rota. Na margem europeia do Atlântico a situação é desastrosa.

(Sudeste da Inglaterra e oeste de Bordéus: 2.000 objectos nas degradações / m² da plataforma continental, desq. parecido a prazo de flora e fauna marítimas)

A terra é atingida por secas e inundações que tornam as condições de sustento dos humanos cada vez mais problemática.

A esta revolta da natureza emprestaram voz os ecologistas. Mas ~~hoje~~ a sua causa não pode ser mais a de um punhado de gente considerada idealista. Hoje é a base mesma da cidadania que é convocada para fazer face ao que se pode converter na impossibilidade de vida humana no planeta. E quem está erguendo a voz para essa convocação? É para espanto de muitos, o Banco Mundial, que, no seu relatório deste ano, constata que “começa a emergir a preocupação de que só uma enorme catástrofe ecológica será capaz de incitar os países a uma acção concertada”.

Cabe aos cidadãos relembrar alguns princípios da ética governativa.

Fundação Cuidar o Futuro

Em primeiro lugar, nem tudo o que é científica e tecnicamente possível é aceitável humana e socialmente. ~~Trata-se da passagem para~~ ^{Estamos já} uma civilização que inclui os limites como condição da existência humana.

^{Em 2009} Se os fenómenos são irreversíveis, a penalização não destroi os seus efeitos; é na origem que importa estancar os factores que tornarão o planeta inhabitável.



E aqui se mostra a incoerência do princípio vigente - “o poluidor paga” - ou a total imoralidade da proposta americana para Kyoto ao pretender abrir mundialmente “um mercado de licenças de poluição”.



Duas palavras sobre estes dois mecanismos. O princípio de “o poluidor paga”, em vigor, p.ex., na União Europeia, é o retrato de uma visão de muito curto prazo que transporta ainda a ilusão dos danos reparáveis. Há, sem dúvida, indemnizações imediatas que devem ser exigidas e pagas sem demora. Mas a maior parte dos efeitos da poluição são difusos, difíceis de provar, atravessando fronteiras. O princípio não é senão uma tentativa de adequação ao tempo presente de conceitos obsoletos sobre o próprio processo produtivo.

O princípio do “mercado de licenças de poluição”, esse, é inaceitável a todos os títulos, tanto morais como económicos. Consiste essencialmente nisto: considerando que a obrigatoriedade de descer o teto das emissões de gases poluentes, em particular, dos que contribuem para o efeito de estufa, teria consequências nocivas para a economia americana, por arrastamento, para a economia mundial, os EUA propõem que o ~~teto de 1990~~ seja objecto de compra e venda a plano mundial. Os países em ^{que} por inexistência de fortes reservas de capital e pela existência de mão-de-obra barata, qualquer empreendimento industrial não teria as mesmas consequências que nos EUA, teriam a possibilidade de vender aos países industrializados a sua quota parte de direito de poluição, permitindo assim que

1990
1990

níveis de poluição

^{os} esses países industrializados continuassem o seu caminho e que entrassem dolares nos países em desenvolvimento,

Os próprios pressupostos deste raciocínio equivalem a uma declaração de guerra: que os países pobres, com a sua população a aumentar, sem resposta para as necessidades básicas, continuem pobres! Quanto a nós, asseguraremos, no bem-estar e no consumo crescente, a economia do mundo!

Mas a quem serve a economia mundial? Só aos países industrializados? Não me admiraria se a revolta da natureza fosse a antecipação da revolta de todos os pobres do mundo! E não tenho dúvida de que a cidadania do nosso tempo passa por aqui.



II - UMA TERCEIRA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Ficou explícito que a revolta da natureza tem ligação evidente com o segundo elemento da globalização: o começo de uma terceira revolução industrial.

Entendamo-nos bem . O que está em causa na globalização não é a indústria em si, a produção de bens necessários e constituindo uma mais valia em relação aos bens de que partimos. O que está em causa é o reconhecimento da existência de uma nova "equação industrial" que resulta da transformação do processo produtivo.

12
Centro de Documentação e de Publicações
FUNDAÇÃO
CUIDAR
O FUTURO

Tal equação é espacialmente fragmentada de tal modo que entre a decisão de produzir e o produto final se atravessam países e continentes. Apenas um exemplo numa indústria de pouca complexidade: uma empresa de confecção de vestuário feminino tem a sua sede em Grenoble, na França; o design vem de Itália; a produção dos tecidos e controle da sua qualidade tem lugar na China; a manufactura em Hong-kong e na Tailândia; o acabamento do produto final nas Filipinas; o marketing volta a ser feito em Grenoble. A complexidade desta fragmentação fala por si própria. Não são já suficientes as categorias tradicionais de gestão industrial, nem um só país pode resolver, por si só, a equação da produção.

Na própria equação mudaram de escala e, assim necessariamente de natureza, as suas componentes fundamentais, carregando cada uma seu peso de globalização e tornando a produção um fenómeno tão marcado pela globalização que há que encará-lo como um modo novo de produção.

A montante, continuamos a encontrar o capital investido ou a investir. A modificação profunda que o capital manifesta é a sua possibilidade de se deslocar instantaneamente por todo o planeta através de transacções financeiras que não têm controle estatal e para as quais também não existe qualquer tipo de controle mundial. O volume destas transacções é de tal grandeza que um encargo mínimo de 0,01% por cada transacção criaria uma poupança suficiente para erradicar a pobreza no mundo.

14

O factor trabalho está disperso nas várias unidades e sub-unidades de produção; essa dispersão torna-o ainda mais vulnerável do que o fora no início da industrialização já que adquiriu uma volatilidade inédita que nos escapa. E é ele que vai ser penalizado se os resultados não forem os esperados. Os sindicatos não encontraram ainda forma de fazer face aos problemas novos que esta deslocalização maciça põe.

Ainda a montante ganha renovada importância o saber, sujeito hoje a um regime de patentes que perverteu totalmente a decisão que levou à ^{criação} ~~de patentes~~. Pretendia-se, no início, proteger aquele que tivera uma ideia operacional ou garantir a propriedade intelectual. Hoje as patentes deformam o conceito de universalidade do saber - que imagino seja cara a esta Academia - para o tornar uma coisa, um bem de uso, e sujeito, por isso, às leis de um mercado que é particularmente impiedoso e imperialista. Basta lembrar que, num dos ramos da indústria, que proporcionalmente mais tem crescido nos últimos anos, i.e., as indústrias centradas nas biotecnologias, as patentes são reconhecidas não por uma entidade internacional para isso mandatada mas pelo organismo que nos EUA reconhece as patentes! Estamos face a um disfarce da globalização que atinge um dos valores mais profundos da civilização - o carácter universal do conhecimento.



No cerne da equação industrial , dois factores são dominantes: as novas tecnologias e a energia. Para além da questão do saber, presente também nas novas tecnologias, a questão da energia é hoje uma problemática global. O crescimento das economias faz-se, em grande parte, na base de energia disponível. Ora tem sido amplamente demonstrado que a continuação nos países industrializados e a extensão a novas zonas geográficas (i.e. ao hemisfério Sul) do uso dos combustíveis fósseis, vão contribuir, de forma decisiva, para o efeito de estufa cujas consequências serão verdadeiras catástrofes com o desaparecimento de zonas costeiras, tais como o Bangladesh, as ilhas do Pacífico, a Holanda (e apenas cito exemplos óbvios, escolhidos ao acaso).

A globalização impõe, no domínio das fontes de energia, um esforço global . Como? Há investigação sobre novas energias não-poluíntes e renováveis. Já em 1989, numa Conferência de peritos internacionais sobre energias renováveis , era unânime a afirmação da viabilidade dessas energias a custo competitivo dentro de poucos anos, desde que os Estados fizessem um esforço conjunto, pondo em comum os recursos humanos e financeiros disponíveis para o que seria um novo “projecto Manhattan”, destinado a produzir resultados em muito pouco tempo. Num trabalho realizado entre 1992 e 1995 pela Comissão Mundial Independente sobre a População e a Qualidade de Vida, a mesma recomendação é feita . Perante a inércia dos Governos, é aos cidadãos que cabe um papel decisivo. / ou *isolacionismo*



A nova cidadania tem, na formação do querer comum sobre a energia, um dever moral inadiável, já que o aumento do consumo de energia com os combustíveis fósseis põe directamente em causa a sobrevivência das gerações futuras.

Mas a equação industrial tem ainda dois vectores importantes à escala planetária. Refiro-me não só ao produto final mas aos sub-produtos e aos desperdícios. Duvido que tenha qualquer legitimidade para se implantar uma actividade industrial cujos sub-produtos ou desperdícios afectam ou venham a afectar a vida humana. Por isso a reivindicação da transparência sobre as políticas industriais de cada país me aparece também como uma dimensão da cidadania. (Comove-me ver, no meu próprio país, pequeno e pobre, a resistência que opõem à instalação de aterros de lixo ou até de incineradoras populações rurais com baixíssima taxa de escolaridade. E mesmo quando o presidente do Município ou até da unidade territorial mais pequena, da Junta de Freguesia, se deixam tentar pelas compensações oferecidas à localidade pelo poder central, a população reage, bloqueia a estrada, impede a entrada no local escolhido, até que o poder político é compelido a negociar.)

Em cada componente técnica ou conceptual do processo produtivo, a globalização exige a protecção, a conservação, a reabilitação da Natureza, a par de uma intenção inequívoca de respeito e promoção dos direitos humanos não só daqueles a quem se destinam os bens



produzidos mas também daqueles que participam nas várias unidades em que se desdobra hoje a produção. E não quereria deixar para um segundo plano, como se fora acessório, as éticas do respeito, da reverência, da harmonia, do cuidado com a Natureza.

A este conjunto de atitudes vejo associada uma cidadania que, longe de se esgotar nos simples direitos cívicos e políticos dá aos direitos sociais, económicos e culturais, igual dignidade e importância. Mais: é uma cidadania que alia aos direitos as responsabilidades que lhes são correlativas.

O processo produtivo não se basta a si próprio. Encontra-se sempre numa relação de complementariedade com o consumo. Todo o esquema de produção se encontra hoje embebido no marketing - e a tal ponto que se pode legitimamente perguntar onde está o ponto de partida.

Se os esquemas de produção requerem uma nova abordagem e, no plano político individual uma nova cidadania, que dizer então dos padrões de consumo que invadem todo o planeta e deixam à porta mais de um quarto da humanidade? O peso dos padrões de consumo diz-se comparativamente em poucas palavras: o peso do impacto sobre os sistemas de suporte da vida de uma criança nascida nos EUA equivale a 2 vezes o impacto de uma criança nascida na Suécia, 3 vezes na Itália, 13 vezes no Brasil, 35 vezes na Índia, 140 vezes no Bangladesh!





Estes números simbolizam a imensa disparidade existente entre os povos e isto apesar do crescimento económico. Na sua fundação, as Nações Unidas pensavam poder acabar com a fome, com o analfabetismo, com tudo o que então se julgava sobretudo imputável à ordem colonial existente. Hoje há que reconhecer que “as espadas não se transformaram em arados”.

Desde a II Guerra Mundial, os números do crescimento económico são impressionantes. Assim:

- crescimento do produto mundial: 4 vezes em termos reais;
- crescimento do produto industrial: 40 vezes;
- crescimento do consumo de energia: 20 vezes;
- crescimento da produção de cereais: 3 vezes;
- crescimento do comércio exterior: 7 vezes.

Simultaneamente aumenta de forma trágica o número dos que aguentam “a crueldade do simples peso da sobrevivência”, Assim:

- em 1970, contam-se 944 milhões de pobres;
- em 1985, esse número passa a 1,156 bilhões; *(1 bilhão e 156 milhões)*
- em 1994, atinge-se 1,300 bilhões; *(1 bilhão e 300 milhões)*
- este ano, calcula-se que esse número terá passado a cerca de 1,500 bilhões. *(1 bilhão e 500 milhões)*

Deu-se entretanto uma radical transformação nas aspirações dos povos e dos seus dirigentes. Nos anos 70 procuravam-se vias de desenvolvimento endógeno, que tivessem em linha de conta a matriz cultural de cada povo. Após a queda

19

do comunismo, passou-se à lógica do vencedor: apenas um modelo guia a decisão política. Este modelo só aparentemente é parte da globalização - na realidade ele é o caminho para a uniformização.

A cidadania, em particular dos grupos científicos que mais directamente lidam com o económico e o social bem como os activistas cuja acção é orientada para a melhoria da qualidade de vida dos mais pobres, têm aqui uma agenda imperativa para a sua investigação e intervenção.
(BS/FP: cientista de depois de amanhã) (2)

III- A GLOBALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

O terceiro lugar em que se manifesta a globalização é um não-lugar no espaço material das coisas.

Quando nos encontramos aqui, nesta casa prestigiosa, dentro deste país onde os afectos geram pensamento e o pensamento é carreado nos afectos, quando estamos aqui, estamos vivendo num espaço que é atravessado por mil auto-estradas da informação; temos ao nosso dispor o que se está passando na bolsa de Tóquio ou de Frankfurt; basta-nos levantar a mão e “agarrar” com sentidos outros a documentação que confirma ou invalida o que tenho estado a dizer.



A comunicação é instantânea e global. Temos bem um exemplo disso na rapidez com que se repercutiu no Brasil a hecatombe financeira dos tigres asiáticos. (A rapidez com que o Presidente e o Governo brasileiros reagiram a este fenómeno mostra bem qual o tipo de liderança de que o mundo precisa.) *independente da análise de cada uma das medidas adoptadas,*

Tivemos recentemente um exemplo, de natureza muito diferente. Todos, ao mesmo tempo e em diversos cantos do mundo, assistimos com contida emoção ao funeral de uma jovem princesa que, com o encanto da sua beleza, nos havia cativado sem que talvez o soubéssemos. Nesse dia - e de cada vez que a BBC referia o número provável dos que seguiam o acontecimento - senti, com clara evidência, que a globalização da informação torna real e compreensível o que Teilhard de Chardin chamara, há muitas décadas, a noosfera, essa camada de humanos, ligados entre si pelos fios invisíveis da realidade, que envolve, sem discontinuidade, o planeta e que assim interactua com a atmosfera e com a biosfera.

Ficam naturalmente de pé muitas interrogações:

- que fazer com tanta e, muitas vezes, contraditória informação?
- como fazer face à sobrecarga afectiva que representa?
- será a indiferença selectiva o único modo de lidar com a abundância da informação?



Sia

Acresce que toda essa informação nos é dada sobretudo numa única língua - a língua franca do nosso tempo, o inglês. Por um lado, com a omnipresença dessa língua, o ser parte da noosfera é reforçado, já que não é necessário passar por nenhum caminho de interpretação; mas, por outro o efeito perverso de, usando uma só língua, subordinar o pensamento a um único molde de conceptualização.

Não posso separar a globalização da informação das premissas que lhe estão sub-jacentes:

- a liberdade de expressão como fundadora de um espírito democrático não se limitando mais a algumas nações, mas verdadeiramente parte integrante de um espírito democrático exigido ao mundo na sua totalidade;
- a existência de uma sociedade civil mundial que filtra a informação, que age com os instrumentos que ela fornece e que cria novas entidades de poder político sem suporte territorial;
- a capacidade de descobrir em cada situação particular, veiculada pela informação, o que é universal.

Apenas uma breve referência a cada um destes pontos. -estaremos nós num mundo democrático?

- que significa, numa realidade global, a democracia representativa?
- Quem representa quem?
- Haverá contradição entre a democracia representativa, tal como a conhecemos, e o projecto que responde ao mundo globalizado?





- E fará sentido falar de projecto em termos nacionais?
- Será ainda no monolitismo dos partidos políticos que se situam as alternativas ao modelo único?
- a ■ Onde está a legitimidade governamental - nas relações de forças politico-partidárias ou na opinião pública, como o sugeriu há algum tempo, Michel Rocard? Mas, dado o carácter errático da opinião pública, poderá dizer-se que a opinião das massas é um querer político, como o pretendeu Jean Baudrillard?

Num mundo globalizado e interconectado, julgo que o projecto surge das condições que garantem maior qualidade de vida, no curto, médio e longo prazo, a cada grupo de seres humanos, enquadrados pelo Estado-nação. É nesta contínua passagem entre o global e o nacional que me parece que deverá intervir a sociedade civil mundial. Só ela pode garantir a mobilização de actores sociais que o possam também ser conscientemente no mundo globalizado.

É a sociedade civil, como um todo, que tem de desencadear o processo de conscientização que implica esse mundo. É ela ainda que pode suscitar não só a intervenção nas instituições fundadoras de sociedades solidárias mas também estimular a formação de parcerias, alianças e coligações.

Esta interacção constante entre o que se passa à nossa volta e o vasto mundo não é fácil. Supõe a formação de uma cidadania capaz de descobrir o universal no particular.

Porque o mundo globalizado não o experimentamos quotidianamente como um todo, numa qualquer ilusão demiúrgica sobre nós mesmos, Ao contrário de um universal justaposto e óbvio, como sempre o vivemos (quando o vivemos) é outro universal que procuramos para criar as pontes necessárias entre o local vivido e o global pensado. Permitam-me que dê uma ideia desse universal no particular, tal como o viu Bernardo Soares/~~Fernando Pessoa~~ ^{no início}, nos anos 20:

(+) qual -

CONCLUSÃO

A revolta da Natureza, a terceira revolução industrial, a informação instantânea, ao constituírem alguns dos dados mais evidentes de um mundo globalizado, requerem uma nova aprendizagem da cidadania, liberta do “contágio da vulgaridade”. Fundação Cuidar o Futuro

A cidadania tem de responder às consequências da tendência para a fragmentação e o individualismo que são, de forma evidente, o contra-ponto da globalização.

A guí-la aparece-me como necessário o conjunto de atitudes e valores que toda uma corrente filosófica - de Hannah Arendt a Hans Jonas e Emmanuel Lévinas - considera como fazendo parte do “princípio responsabilidade”.





Que nasce da consciência pessoal de ser parte de uma noosfera a que só a era da globalização empresta suporte material.

Que, reconhecendo embora o estatuto de liberdade de cada indivíduo, faz surgir essa liberdade da responsabilidade enquanto fundamento ôntico do ser.

Que nos fornece o quadro de valores com que podemos ser cidadãos conscientes e contemporâneos do nosso tempo.

~~Dizem~~ Não é da da nem espontânea uma responsabilidade a obter-se em cidadania, em q se revela "a importância metafísica do mais pequeno gesto", (BS/FP)

Requer a viagem ao centro das coisas e ao centro de nós mesmos; a viagem aos outros lugares longínquos e a viagem à volta do nosso quarto; a viagem ao q vagamente apenas intuímos e ao q realmente conhecemos af nossa inteligência, honras e sensações, novos afectos. Di-lo BS:

"Há grande viagem por fazer se tivermos alma com q ter passos".

Teremos alma?

Se a temos — e como a ã teremos neste país único na sua grandezã? — se e temos, então teremos passos. E a ^{ansim} cidadania se ~~cumpr~~ inteira, aqui e agora, no mundo globalizado q é o nosso, a cidadania se ~~cumpr~~ inteira.

Não é dada nem espontânea
essa responsabilidade a verteu-se
em cidadania, em q̄ se revela
"a importância metafísica do mais
pequeno gesto".

Requer a viagem ao centro das
coisas e ao centro de nós mesmos;
a viagem aos outros lugares longínquos
e a viagem à volta do nosso ^{apenas} mundo;
a viagem ao q̄ vagamente ^{apenas} conhecemos
e ao q̄ realmente conhecemos / nossa
inteligência, nossas sensações, nossos
afetos. Por isso diz ainda BS:

"Há grandes viagens por fazer
se tivermos alma
com q̄ ter passos: "



Temos alma?

Se a temos - e como pensar q̄a não temos
este país único na sua grandeza? - se
a temos, então temos passos.

E assim, aqui e agora, no mundo glo-
balizado q̄ é o nosso,
a cidadania se cumpre inteira.